outubro, 2026 *Edição 118*

GAZETA TRABALHISTA

WWW.MANUCCI.LAW

MANUCCI ADVOGADOS
UGGC AVOCATS

TST FIXA TESES SOBRE DIVISOR DE JORNADA E CERCEAMENTO DE DEFESA

O pleno do TST validou a negociação coletiva que estabelece divisor 220 para empregados com jornada de 40 horas semanais. Também definiu que o protesto registrado em ata contra o indeferimento de prova dispensa renovação em razões finais ou ao término da instrução para preservar a possibilidade de arguir nulidade por cerceamento de defesa.

As duas teses vinculantes, correspondentes aos Temas 316 e 317, foram firmadas em sessão virtual encerrada na sexta-feira, 23. Na mesma sessão, o colegiado afetou ao rito dos recursos repetitivos o Tema 315, sobre a supressão, por norma coletiva, de direitos previstos em regulamento interno da empresa.

As decisões buscam uniformizar a jurisprudência trabalhista e dar maior segurança jurídica e celeridade ao julgamento de processos semelhantes em todo o país.

LEIA MAIS!



STF VOLTA A SUSPENDER JULGAMENTO SOBRE PARÂMETROS DO PISO DA ENFERMAGEM

Um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes interrompeu, nesta segunda-feira (27/10), o julgamento do Plenário do Supremo Tribunal Federal sobre os parâmetros do piso salarial para enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e parteiras.

Com isso, a análise foi suspensa. O fim da sessão virtual estava previsto para a próxima terça-feira (3/11). Antes da interrupção, três ministros haviam se posicionado em duas correntes distintas, mas convergentes em muitos pontos.

As principais divergências dizem respeito às responsabilidades financeiras da União diante dos impactos econômicos para os estados e municípios, bem como às medidas judiciais cabíveis em caso de falta de acordo na iniciativa privada.

LEIA MAIS!



DENÚNCIAS DE ASSÉDIO ELEITORAL SE MULTIPLICAM E MPT ACIONA POLÍTICOS QUE INCENTIVAM DEMISSÕES

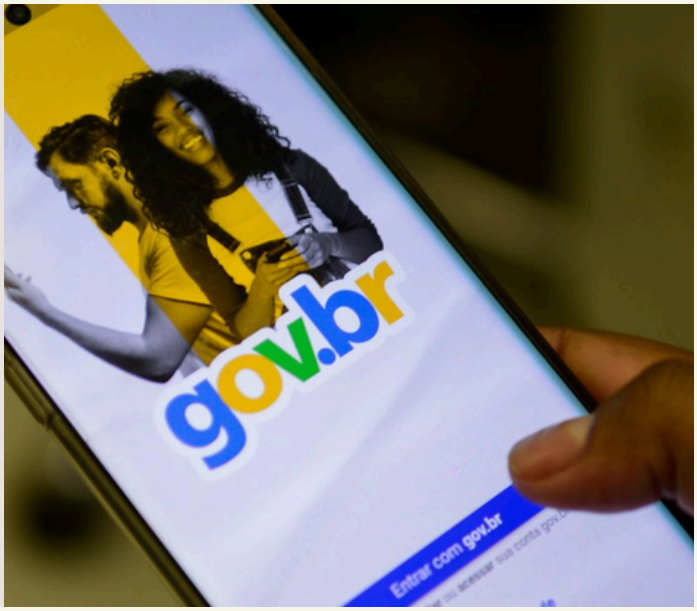
O Ministério Público do Trabalho (MPT) recebeu cerca de 240 denúncias de assédio eleitoral nas 24 horas seguintes a definição das eleições presidenciais, realizada no domingo (25/10). Em dois dias, esse número mais que dobrou: foram registradas 530 reclamações. As queixas têm origem em manifestações de parlamentares, influenciadores e empresários que incentivam a demissão e a retaliação de trabalhadores por causa do voto.

LEIA MAIS!

CNJ AUTORIZA PROCURAÇÃO ASSINADA PELO GOV.BR EM PROCESSOS DE TODO O JUDICIÁRIO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu nesta terça-feira (27/10) admitir que procurações e outros documentos apresentados em processos em todo o Poder Judiciário sejam assinados por meio do gov.br. A plataforma permite assinatura eletrônica avançada para usuários dos níveis prata e ouro. Esses são os níveis que dão maior segurança à conta, por envolverem outras formas de validação e de integração de dados do cidadão.

LEIA MAIS!





NR-1: PROPOSTA DO MTE DETALHA RISCO PSICOSSOCIAL E VINCULA A NORMA SOBRE ERGONOMIA

Uma versão preliminar de proposta de acordo elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) prevê adicionar itens no texto da NR-1 para definir o conceito de fator de risco psicossocial relacionado ao trabalho. O documento também quer deixar mais explícito a vinculação desses fatores com a regulação feita pela NR-17, que trata da ergonomia no trabalho, trazendo uma integração entre as normas.

LEIA MAIS!

EXPEDIENTE:

Sócia responsável: Ariela Ribeira Duarte
Advogados (as): Sheila Soares, Lara Elias e Daniel Varandas